

Igor Sant'Anna Tamasauskas

**O ACORDO DE LENIÊNCIA
ANTICORRUPÇÃO**

UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DA TEORIA DE REDES

Appris
editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

T153a
2021 Tamasauskas, Igor Sant'Anna
O acordo de leniência anticorrupção : uma análise sob o enfoque da teoria de redes / Igor Sant'Anna Tamasauskas. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021. 263 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-1530-9

1. Acordo de leniência. 2. Corrupção. 3. Teoria de redes. I. Título. II. Série.

CDD - 345

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO	21
2	
PERCURSO DA PESQUISA: CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA DE REDES EM PROBLEMAS COMPLEXOS	27
3	
FUNDAMENTOS PARA UM PROGRAMA DE TRANSAÇÃO ANTICORRUPÇÃO	29
3.1 JUSTIFICATIVA JURÍDICO-POLÍTICA	47
3.2 ABORDAGEM ECONÔMICA	57
3.3 CONTEXTO INTERNACIONAL	67
4	
ANTECEDENTE LEGISLATIVO	75
4.1 ESTRUTURA DA LEI ANTICORRUPÇÃO	79
4.2 INSPIRAÇÃO NO DIREITO ANTITRUSTE	82
5	
MULTIPLICIDADE DE INCIDÊNCIAS NORMATIVAS: EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO?	85
5.1 SISTEMA MULTIAGÊNCIAS E SUA COMPLEXIDADE	87
5.2 JUSTIFICATIVA PARA UM SISTEMA MULTIAGÊNCIAS	91
5.3 DA COORDENAÇÃO À SINCRONIZAÇÃO	98
6	
UM SISTEMA EM FORMAÇÃO?	105
6.1 PRIMEIRAS INICIATIVAS DE TRANSAÇÃO EM MATÉRIA ANTICORRUPÇÃO	132
6.1.1 Cláusulas exorbitantes em acordos de colaboração premiada	143
6.1.2 O problema da vedação à transação na redação original da Lei de Improbidade	146
6.2 O ADVENTO DA LEI ANTICORRUPÇÃO E O PIONEIRISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	149

6.2.1	Compreensão de um microsistema de Direito anticorrupção como pressuposto da derrogação do art. 17, § 1º da Lei de Improbidade.	151
6.2.2	Estrutura jurídica dos primeiros acordos: <i>learning by doing</i>	153
6.2.3	Importância de respeito a precedentes	156
6.2.4	Acordos em espécie	157
6.2.5	Aspectos de relevo	173
6.3	REGULAMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO E O SISTEMA CGU/AGU ..	182
6.3.1	Primeiros passos na Controladoria-Geral da União	184
6.3.2	Entrada da Advocacia-Geral da União	186
6.3.3	Estrutura jurídica	188
6.3.4	Acordos em espécie	190
6.3.5	Aspectos de relevo	193
6.4	OUTRAS SOLUÇÕES NEGOCIAIS UTILIZADAS	196
6.4.1	Termo de autocomposição	200
6.4.2	Adesão a acordos de outras esferas	201
7		
	QUESTÕES CRÍTICAS NO SISTEMA	203
7.1	SUPERAÇÃO DE UM MODELO DE LITÍGIO PARA A NEGOCIAÇÃO	210
7.2	O RESSARCIMENTO DO DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	213
7.3	ACORDOS EM CASOS COMPLEXOS E MULTIFACTUAIS	216
7.4	NEGOCIAÇÃO HOSTIL E <i>ARM TWISTING</i>	217
8		
	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA	219
8.1	METODOLOGIA DE HARVARD COMO ELEMENTO DE CONSOLIDAÇÃO	224
8.2	INICIATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	226
9		
	DELINEAMENTOS PARA O FUTURO	229
10		
	CONCLUSÕES	237
	REFERÊNCIAS	243